

Resenha: Galizoni, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto do Jequitinhonha, Minas Gerais*. Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste, 2000

Ana Pimenta Ribeiro ^{1*}

¹ Engenheira Florestal (UNB). Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UNB).

Este livro foi produzido a partir da dissertação de mestrado defendida pela antropóloga Flávia Galizoni na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, em 2000, sob a orientação de Renato Queiroz. A autora mostra os resultados de uma interessante pesquisa de antropologia rural, buscando compreender a relação da população do alto rio Jequitinhonha (Nordeste de MG) e o seu ambiente natural, fruto de uma convivência antiga, nem sempre pacífica, mas até então duradoura. Tais adjetivos podem ser usados também para qualificar a relação da autora com o Vale do Jequitinhonha: a pesquisa nasceu após anos de vivência no local e trabalho com comunidades rurais. Provavelmente daí surge o cuidado e o detalhamento dos casos levantados ao longo do texto, o que é propiciado também pela facilidade com que ela transita entre a teoria e a prática.

O livro busca a compreensão de grupos de agricultores através de três eixos: terra e ambiente, família e migrações. A autora selecionou estes focos seguindo a trilha de autores como Wolf (1976), Boserup (1987), Holanda (1957) e Brandão (1981), entre outros citados ao longo do texto. A partir de uma pesquisa exploratória sobre os três eixos, foram identificadas as perguntas a serem respondidas e construiu-se a base para a realização da etnografia, baseada em trabalho de campo.

A abordagem difere do que foi convencionado - tanto por agências de desenvolvimento quanto no meio acadêmico - para o Vale do Jequitinhonha, conhecido pela infeliz alcunha de "Vale da miséria". Galizoni buscou relatar como se dá o uso dos recursos naturais pelos agricultores: acesso, posse, regulação e herança. A família é colocada como a unidade fundamental gestora dos recursos e o trabalho é examinado como forma principal de garantia de posse da terra. A escassez de recursos, que seria fruto da fragmentação das propriedades, é evitada por um manejo diferenciado, baseado no conhecimento da população sobre o meio e as tradições locais. Isso vai construir - como diz o título do livro - a terra em que estas pessoas vivem, ou construir o ambiente. A gestão de recursos comuns aparece de uma forma muito clara nas regras de convívio comunitário. A autora identificou que

o equilíbrio neste processo é necessário na busca por qualidade de vida.

Três eixos analíticos principais são explorados por Galizoni: (i) como se dá o regime agrário no alto Jequitinhonha, (ii) como se constitui a família na região, (iii) como são socialmente estabelecidos os sistemas de herança. As comunidades estudadas se encontram em nove municípios, todos no Alto Jequitinhonha (parte da bacia do rio Jequitinhonha acima da foz dos rios Araçuai e Itacambiruçu). Os diferentes períodos de povoamentos também foram usados como critério para seleção das comunidades de estudo, pois o tempo de estabelecimento das famílias na região está diretamente ligado à sua relação com a terra.

O primeiro capítulo do livro apresenta ao leitor a paisagem da região e explica como se dá a relação das comunidades com o meio natural e como as pessoas identificam os diferentes ambientes e suas vocações produtivas. O cenário da pesquisa é marcado pela variação ambiental do complexo grotá-chapada. As grotas são os vãos por onde passam os córregos. São as áreas mais úmidas e usualmente identificadas como as mais férteis, onde as famílias alocam parte considerável de sua unidade de produção. Já as chapadas são as grandes partes elevadas e planas. Sem vocação agrícola e com pouca oferta de água, as chapadas são deixadas para pastagens e extrativismo comunitário.

No entanto, este cenário é interativo. Os diferentes ambientes são identificados principalmente pela observação da vegetação predominante. Esta caracterização indica qual a cultura adequada para o local, ou se a área é adequada para criação de gado ou extrativismo. São três as classes básicas de ambientes adotadas pelos agricultores da região: terra de cultura, caatinga e campo (terras utilizadas para cultura de mantimentos, para cultivo de plantas rústicas e para pastoreio e extrativismo, respectivamente).

Após a caracterização das terras, a autora aprofunda sua investigação sobre como as famílias usam esse ambiente. Um ponto interessante é que Galizoni geralmente utiliza terminologias próprias das famílias da região. Ao descrever

* piperaceae@gmail.com

os usos com grande riqueza de detalhes, fica a impressão de que realmente estamos diante das roças, dos córregos, das chapadas e do gado, sempre sob a ótica dos moradores da região. Para quem conhece um pouco do alto Jequitinhonha, essa visualização surge de uma forma quase palpável. Uma descrição importante é a do trato dado à lavoura: desde a abertura da área, o fogo, a destoca e, enfim, o plantio na época das chuvas. A autora compara o planejamento do plantio a um jogo de xadrez que as famílias jogam com o ambiente, pois é resultado de uma estratégia montada para levar a colheita de diferentes produtos, em prazos distintos e com dedicação de mão-de-obra em diferentes intensidades. Um fator de grande relevância é o sistema empregado de pousio obrigatório. As famílias não produzem em todas as áreas disponíveis durante o ano, pois a terra é colocada para descansar e recuperar a fertilidade após dois ou três anos de uso.

Outro importante conceito explicado pela autora, ainda no primeiro capítulo, é a “recursagem”, que se refere a atividade de extrair recursos da natureza, ou ainda “o potencial da natureza ‘recursado’ pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família” (p. 35). Aliada à produção da lavoura, os produtos extraídos do ambiente (folhas, frutas, raízes e animais, entre outros) complementam a alimentação das famílias. A exploração destes recursos é comumente feita num esquema de manejo comunitário. Os membros das comunidades podem explorar os recursos tidos como renováveis (plantas medicinais, pastagem para o gado, lenha etc.), atentando para não pressionar em demasia a sua disponibilidade. Estas áreas dificilmente são cercadas, pois são de uso comum das famílias da comunidade. A mesma lógica de uso é adotada para a coleta de flores, por exemplo. Recursos tidos como não renováveis (madeiras de lei, áreas de garimpo, reservas de água) são sujeitos a regras mais rígidas, vindas também de um código comunitário.

No segundo capítulo, a autora buscou explicitar como as terras são construídas ao longo do tempo pelos agricultores ali presentes. A partir da chegada de uma família em uma determinada área, o que marca a sua posse sempre é o trabalho: “o suor torna a terra sua” (p. 54).

O capítulo três foi dedicado ao entendimento de família na região. Com grande detalhamento, Galizoni explicita a ligação da unidade familiar com a terra: “a história da família se funde com a história da terra; falar de uma é sempre remeter à outra, e ambas estão em constante movimento” (p. 63). O leitor entende como os arranjos familiares (casamentos, descendências, parentesco etc.) estão diretamente ligados à continuidade da terra na família ou na

comunidade. São dados exemplos da origem de alguns povoados, mostrando que em muitos casos, casamentos ocorrem dentro das comunidades com o intuito de manter as terras na posse das mesmas famílias, evitando assim a fragmentação: “as relações de parentesco são os fios sociais através dos quais os patrimônios – especialmente a terra – são transmitidos de geração em geração” (p. 83). Esse fato não aparece como uma imposição familiar, sim como uma prática usual da vida.

No quarto capítulo a autora decifra o delicado sistema de herança dentro das comunidades. O detalhamento das relações de parentesco do capítulo anterior se alia aos conceitos previamente apresentados de importância da família e do trabalho para explicar a mobilidade das heranças na região: “apesar de ser (a herança) um direito calcado no trabalho passado e na possibilidade do trabalho futuro, ele se concretiza no presente” (p. 89). Um fator muito importante na região é explicado aqui: a migração. De acordo com Galizoni, a migração aparece como uma fase comum da vida no alto Jequitinhonha, podendo ocorrer sazonalmente (época da seca), durante um determinado período ou definitivamente. A migração não tira o direito de propriedade do indivíduo, pois a sua terra comumente fica sob tutela de um parente. Assim, a combinação de migração e herança garante a permanência ou não da terra com a família.

Para os interessados em conhecer e estudar esta parte da riquíssima cultura do Vale do Jequitinhonha, o livro de Galizoni reúne diversas informações e reflexões, permitindo uma leitura muito prazerosa. Os relatos detalhados sobre como uma população se relaciona, depende e respeita o seu meio natural não aparecem de forma cansativa. Pelo contrário, a sensação que fica ao final é de desejar conhecer a região, e estudar alguns detalhes dessa relação.

REFERÊNCIAS

- [1] BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- [2] BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- [3] HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- [4] WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.